



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0012522-25.2014.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito**
Requerente: **DIEGO DOS SANTOS LOURENÇO**
Requerido: **THIAGO ROGERIO DA SILVA e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação que tem origem em acidente de trânsito.

Pelo que se extrai dos autos, é incontroverso que o veículo do autor estava estacionado em via pública quando foi abalroado por outro, conduzido pelo réu e de propriedade da ré.

O único argumento apresentado na contestação é o de que o automóvel do autor estaria estacionado de forma irregular no local do evento, mas ele não favorece os réus, seja porque nada o respalda (é relevante registrar que as partes afirmaram não ter interesse na produção de prova testemunhal – fl. 22), seja porque ainda que assim fosse inexistiria indicação de que a circunstância teria sido a responsável pelo embate.

Por outras palavras, não há nos autos elementos concretos que evidenciem que o episódio teve vez por causa do possível estacionamento irregular do automóvel do autor.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Como se não bastasse, é relevante notar que o Boletim de Ocorrência consignou que o réu apresentava "*sinais notórios de embriaguez*" e que havia no interior do veículo que dirigia duas garrafas de vodka, uma das quais cheia.

Esses dados à evidência militam contra os réus.

O quadro delineado conduz ao acolhimento da pretensão deduzida, configurada a responsabilidade dos réus no acidente (a do réu porque sem qualquer justificativa bateu contra o automóvel do autor e a da ré em decorrência de sua condição de proprietária do veículo).

Já o montante da indenização está respaldado em prova documental que não foi objeto de impugnação alguma.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar os réus a pagarem ao autor a quantia de R\$ 7.970,00, acrescida de correção monetária, a partir de novembro de 2014 (época de elaboração do orçamento de fl. 08), e juros de mora, contados da citação.

Caso os réus não efetuem o pagamento da importância aludida no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.
P.R.I.

São Carlos, 26 de fevereiro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**